

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – GRAU  
LICENCIATURA

ISABELLA CANEDO TAVARES GARCIA

**FORMAÇÃO DOCENTE: a inserção do livro didático auxilia na prática  
pedagógica?**

UBERLÂNDIA – MG  
2025

ISABELLA CANEDO TAVARES GARCIA

**FORMAÇÃO DOCENTE: a inserção do livro didático auxilia na prática pedagógica?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca de avaliação da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FAEFI), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito para conclusão do curso de Educação Física – Grau Licenciatura.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marina Ferreira de Souza Antunes.

UBERLÂNDIA – MG

2025

ISABELLA CANEDO TAVARES GARCIA

**FORMAÇÃO DOCENTE: a inserção do livro didático auxilia na prática pedagógica?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca de avaliação da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FAEFI), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito para conclusão do curso de Educação Física – Grau Licenciatura.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marina Ferreira de Souza Antunes.

Uberlândia, 24 de outubro de 2025

Banca Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marina Ferreira de Souza Antunes – FAEFI/UFU

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Gislene Alves do Amaral – FAEFI/UFU

---

Prof. Dr. Bruno Gonzaga Teodoro – ESEBA/UFU

## AGRADECIMENTOS

Finalizar esse Trabalho de Conclusão de Curso significa não apenas o fim de um ciclo acadêmico, mas também a realização do que um dia já foi um sonho, fazer uma Graduação na Universidade Federal de Uberlândia. Esse sonho só foi possível graças ao apoio e incentivo dos meus pais, Kelly e Clóvis, que me deram uma boa educação e trabalharam muito para que eu pudesse ter uma educação de qualidade.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Marina Ferreira de Souza Antunes, que me orientou, não só nesse Trabalho de Conclusão de Curso, mas durante a minha graduação inteira. Agradeço pela paciência, pelos ensinamentos e pela amizade construída ao longo de todas as suas aulas e orientações.

Agradeço, também, à Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Gislene Alves do Amaral e ao Prof. Dr. Bruno Gonzaga Teodoro por aceitarem compor a banca avaliadora deste Trabalho de Conclusão de Curso. Ao Prof. Bruno, em especial, por todos os seus ensinamentos durante os meus estágios na Escola de Educação Básica da UFU (ESEBA), por me mostrar o quanto a Educação Física é importante dentro da escola e por me ajudar na construção da minha Identidade Docente.

Ao meu irmão, Rafael, minha parceira de graduação e sua irmã, Laura e Isabela, e ao meu namorado, Sérgio Neto, por todo apoio durante a minha graduação, pelas paciências nos momentos difíceis e pelo incentivo constante. A companhia, as palavras de apoio e compreensão de vocês, foi essencial nos meus dias mais desafiadores e motivação nos momentos de desânimo.

À minha mãe, Kelly Canedo Tavares Garcia, minha eterna gratidão e amor. Sua força sempre foi e continua sendo minha maior inspiração. Obrigada por acreditar em mim mesmo quando eu duvidei, por seu apoio em todos os momentos e por todo o sacrifício feito para que eu pudesse chegar até aqui. Esta conquista é, também, sua. E ao meu pai, Clóvis Queiroz Garcia, meu maior exemplo de dedicação, obrigada por se esforçar tanto para que eu chegasse aqui. Meu amor por vocês dois sempre será incondicional.

A todos/as que fizeram parte desta caminhada de forma tão especial, minha sincera e emocionada gratidão.

## **RESUMO**

Esse trabalho tem como objetivo evidenciar como a literatura da área tem discutido o fazer docente e como a adoção de um livro didático para a educação física escolar auxilia no planejamento de ensino. Para consecução desse objetivo nós o desmembramos nos seguintes objetivos específicos: 1) identificar os textos que abordam o assunto em tela; 2) selecionar os textos que serão analisados; 3) organizar os textos para em seguida proceder à análise dos dados coletados. A investigação foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizando artigos publicados entre 2002 e 2023 em periódicos científicos da área. A partir da análise de oito textos selecionados, o estudo evidenciou que o debate sobre o livro didático na Educação Física não deve ser reduzido a uma dicotomia entre aceitação ou rejeição. A questão central é como transformá-lo em recurso que fortaleça a prática pedagógica sem comprometer a identidade profissional nem a autonomia docente. Sendo assim, os resultados apontaram que para isso, é imprescindível que professores/as sejam reconhecidos como intelectuais da prática e não apenas como aplicadores de materiais, de modo que possam exercer um protagonismo crítico frente às políticas educacionais e ao mercado editorial. Conclui-se que somente assim o livro didático poderá cumprir sua função de auxiliar a prática pedagógica, articulando teoria e prática, e contribuindo para uma educação mais democrática, crítica e comprometida com a realidade da escola pública brasileira.

**Palavras-chave:** Identidade profissional; Educação Física Escolar; Autonomia Docente.

## **ABSTRACT**

This study aims to highlight how the literature in the field has discussed teaching practice and how the adoption of a textbook for school Physical Education supports instructional planning. To achieve this objective, we broke it down into the following specific objectives: 1) identify the texts that address the subject at hand; 2) select the texts that will be analyzed; 3) organize the texts and then proceed to analyze the collected data. The research was conducted through bibliographic research, with a qualitative and exploratory approach, using articles published between 2002 and 2023 in scientific journals in the field. Based on the analysis of eight selected texts, the study demonstrated that the debate on textbooks in Physical Education should not be reduced to a dichotomy between acceptance and rejection. The central question is how to transform them into a resource that strengthens pedagogical practice without compromising professional identity or teacher autonomy. Therefore, the results indicated that, to achieve this, it is essential that teachers be recognized as intellectuals of practice and not merely as implementers of materials, so that they can play a critical role in educational policies and the publishing market. It is concluded that only in this way can the textbook fulfill its function of assisting pedagogical practice, articulating theory and practice, and contributing to a more democratic, critical education that is committed to the reality of Brazilian public schools.

**Keywords:** Professional identity; School Physical Education; Teacher Autonomy.

## **Lista de Quadros**

|                                                     |    |
|-----------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Textos selecionados para a pesquisa..... | 16 |
|-----------------------------------------------------|----|

## SUMÁRIO

|                                          |    |
|------------------------------------------|----|
| Introdução.....                          | 9  |
| Aspectos Metodológicos .....             | 15 |
| Revisão Bibliográfica Sobre o Tema ..... | 17 |
| Considerações Finais .....               | 34 |
| Referências.....                         | 37 |

## **Introdução**

Entrei para a Educação Física por um acaso do destino, entrei no ensino médio com a intenção de fazer arquitetura e urbanismo, mas tinha a certeza que faria na Universidade Federal de Uberlândia, porém quando fui fazer a inscrição para o vestibular do meio do ano não tinha o curso, pois o ingresso é anual. Com isso, decidi colocar Educação Física para testar meus conhecimentos. Quando saiu o resultado da primeira fase e eu vi que tinha passado, a vontade de fazer o curso foi se tornando mais concreta. Enfim saiu a aprovação no dia 14 de fevereiro de 2022 eu ingressei na universidade no dia 2 de maio de 2022, quando descobri que era uma graduação em Licenciatura.

Quando entrei no curso, não sabia a diferença entre licenciatura e bacharelado, porém a descoberta que seria um curso de graduação em licenciatura me deixou aflita se era realmente a área da docência que eu pretendia seguir e se eu teria a vontade de enfrentar todas as lutas que professore/as enfrentam diariamente.

Desde criança sempre gostei de brincar de ser professora, tinha um quadro, fazia tarefas imaginárias para os/as alunos/as e até usava minhas primas de cobaia. A concretização da minha vontade de ser professora foi quando entrei no Programa de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID). O programa foi regulamentado no ano de 2007, tendo seu primeiro edital em dezembro e o início dos projetos em 2008, e é destinado à formação docente e formação continuada. O PIBID objetiva a inserção de licenciandos/as no cotidiano escolar (Brasil, 2022a). A Educação Física da UFU passou a integrar o programa somente no edital de 2010.

O PIBID é um programa regulamentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que visa realizar parcerias entre Instituições de Ensino Superior (IES) e escolas públicas. Com essa colaboração, almeja contribuir com a formação inicial e continuada dos seus membros por meio da inserção de licenciandos no cotidiano escolar, estabelecendo conexão entre a educação básica e a educação superior. Sua organização é feita por meio de núcleos, que contam com a presença de um/a coordenador/a de área, um supervisor/a e um quantitativo de discentes definido por edital. O/a coordenador/a de área deve ocupar o cargo de professor/a da graduação

do curso participante e o/a supervisor/a deve ser um docente atuando na educação básica. Também há a presença de subprojetos, que são um núcleo ou conjunto de núcleos organizado por áreas de iniciação à docência definidas em edital (Brasil, 2022a).

Por intermédio do PIBID, os/as discentes são estimulados/as a desenvolver competências relacionadas à docência, tendo a oportunidade de colaborar no processo educativo das escolas públicas. O programa visa fortalecer a relação entre as instituições de ensino superior e as escolas públicas, promovendo o diálogo e a troca de experiências entre professores e estudantes das duas esferas. Além disso, incentiva a permanência dos/as estudantes nos cursos de licenciatura, encorajando o engajamento na carreira docente e valorizando a formação dos futuros professores (Brasil, 2022b).

As novas exigências ao trabalho dos professores na sociedade contemporânea e o reconhecimento de que a formação nos cursos de licenciatura não vem oferecendo os conhecimentos e habilidades necessárias para enfrentar os desafios da docência colocam em questão a atuação da universidade na formação dos docentes. (Gatti, 2014, p. 13).

O ingresso desse subprojeto se deu por meio do edital número 23/2022 e as atividades tiveram início em novembro de 2022 (Brasil, 2022b). Nosso grupo fez parte do subprojeto Educação Física/Pedagogia, que abarca o curso de Educação Física Licenciatura em Uberlândia (MG) e também o curso de Pedagogia localizado no Campus Pontal, portanto, classificado como projeto interdisciplinar.

Em linhas gerais o projeto propunha o rompimento das barreiras que fragmentam as diversas áreas do conhecimento em disciplinas curriculares isoladas, especificamente, a pedagogia e a educação física. Abrangendo aspectos históricos, antropológicos e sociais que garantam o alargamento dos saberes. Considera-se a educação como cultura democratizadora do conhecimento, reconhecedora das diferenças, como linguagem e ludicidade. Neste sentido, propunha desenvolver ações que contribuíssem, por meio da observação, análise dos documentos da escola e das leituras teóricas sobre educação, linguagem e ludicidade no campo da pedagogia e da arte.

Em função do projeto ser interdisciplinar, fizemos três encontros presenciais com as estudantes da Pedagogia do campus Pontal, dois em Uberlândia e um em Ituiutaba. Conhecemos o parque do sabiá, parque gávea, mossoroca e muitos outros lugares, e durante esses encontros sempre tínhamos trocas de relatos entre os/as

Pibidianos/as das duas cidades. O mais interessante dessa interdisciplinaridade é que as estudantes da Pedagogia acompanhavam um professor de Educação Física durante o programa.

Durante a minha vivência no programa eu observei muitas aulas dos/as professores/as supervisores/as e montei planos de ensino que me fizeram questionar a maneira que cada professor/a conduz uma aula. Questionava até que ponto a forma de planejar era resultado da formação inicial da graduação em licenciatura ou da sua vivência enquanto aluno/a da educação básica.

Quando eu estava no 8º ano do ensino fundamental, minhas aulas de Educação Física eram divididas em teóricas e práticas. Na sala de aula eram passados conteúdos que seriam cobrados em provas futuras e na quadra eram trabalhados os quatro esportes: vôlei, basquete, futsal e handebol. Durante essas aulas práticas, participava quem tinha interesse nos esportes e quem não tinha ficava no banco mexendo no celular ou as vezes ficava passeando pela escola.

No sexto período do curso de graduação em Educação Física – grau Licenciatura, cursei a disciplina de Estágio Supervisionado 1 e realizei o meu estágio na Escola de Educação Básica da UFU (ESEBA), e logo quando cheguei já senti uma diferença das minhas vivências como aluna da educação básica e como bolsista do PIBID. Nas aulas observadas durante o estágio o meu professor orientador não deixava nenhuma criança ficar de fora, se o/a estudante não queria fazer a aula ele tentava entender o motivo para que pudesse participar da aula proposta. Entretanto, durante meu período de regência do estágio, muitas vezes deixei alunos/as de fora da aula por não quererem participar, então entendi que meu jeito de conduzir a aula estava mais condizente com a minha vivência das aulas da educação básica e em contraposição à formação inicial e experiência do Pibid.

A importância dos primeiros anos de exercício profissional, quando os/as licenciandos/as terminam os seus cursos e iniciam funções docentes nas escolas são primordiais para o seu fazer pedagógico e para sua identidade docente. Tendo em vista a importância desse período de preparação, me pergunto como essa identidade profissional é desenvolvida? Como os/as professores/as entram na escola ensinando da maneira que ensinam? O livro didático ajuda resolver essas questões do como ensinar?

Qual a eficácia do planejamento de ensino na prática pedagógica? O que a bibliografia específica da área fala sobre isso?

Nóvoa (2022, p. 66) traz o conceito de Indução profissional, dizendo que é um processo de “de inserção dos jovens professores na profissão e nas escolas”. Deve-se pensar o percurso do licenciando como um processo progressivo de aquisição de uma dimensão profissional. É preciso dar um período para que o/a licenciando/a o/a considere autônomo para que adquira a sua própria identidade profissional docente.

Adquirir a consciência de que os primeiros anos como professor/a são os mais decisivos na carreira docente, pois marcam a relação com os/as estudantes e com os/as colegas de profissão. Diz, ainda, que esse período é o mais importante na constituição de professores, na construção da identidade profissional (Nóvoa, 2022).

O meu argumento é que o período de transição entre a formação e a profissão é fundamental no modo como nos tornamos professores, no modo como vamos viver a nossa vida no ensino. Ao fim me interrogo sobre o modo como cada um se torna professor/a, e como se tornar parte da profissão docente muda a maneira como dar/planejar aulas.

Libâneo (1994) diz que o planejamento de aula é uma etapa concreta do planejamento de ensino, em que o/a professor/a organiza detalhadamente o que vai acontecer em cada encontro com os/as estudantes. O autor considera o plano de aula como um guia prático, que orienta a ação docente e garante intencionalidade pedagógica. A partir dessa percepção sobre o planejamento de aula, questiona-se a necessidade de um livro didático na prática pedagógica do/a professor/a de Educação Física. O livro didático ajuda na construção da identidade docente?

Sobre identidade docente, compreende-se que tem início na infância e se prolonga nos anos passados no espaço escolar, num processo de interação com diferentes modos e crenças acerca do que é ser professor. A formação inicial pode ser caracterizada, também, como um dos contextos marcantes para o processo de construção da identidade profissional, pois o futuro profissional, mediante a qualificação recebida, estabelece relações, muda comportamentos e adquire os requisitos necessários para o exercício profissional. (Pires, V. *et al*, 2019).

Segundo Pires *et al*, 2019 existem três fatores contextuais que influenciam a construção da identidade profissional do professor: as experiências prévias, a formação inicial e o impacto do contexto de trabalho (cultura escolar). Entende-se que o/a licenciando/a que, antes da escolha da profissão em Educação Física, estabelecia relações com a prática de esportes e outras manifestações corporais, já entrava na profissão com um conhecimento moldado e, conseqüentemente, tinha sua prática pedagógica facilitada por ter aproximação com os conteúdos da área. Entretanto, “a formação inicial auxilia na definição de uma versão da imagem do que é ser professor” (Pires *et al.*, 2019, p. 7) para além do conhecimento prévio.

Independentemente dos problemas elencados sobre os cursos investigados, os relatos indicam que o sentimento de encantamento para a docência se cristaliza na aptidão para os atos do ensino, nas preferências de níveis de ensino para atuação, na continuidade dos estudos e nos possíveis cenários de trabalho. (Pires, V. *et al*, 2019)

A Identidade Docente advém das experiências vividas durante toda sua trajetória de vida, pois antes de se entender enquanto professor/a, nós já assumimos a ideia da profissão a partir da formação inicial. É no ingresso da carreira docente que a identidade se manifesta num formato pré-definido de acordo com as múltiplas identidades já vivenciadas. Segundo Souza Júnior *et al.*, (2023)

As experiências advindas das histórias de vida de estudantes (identidade para si), as práticas pedagógicas dos professores/as do curso de formação inicial (identidade para o “outro”) e o desempenho do ofício (identidade visada) podem estar relacionadas com a constituição da identidade docente. (p.14).

A Carreira Docente pode ser compreendida sob a ótica das escolhas pessoais, constituições ocasionais e políticas, que se estruturam sob marcos regulatórios e demandas de um mercado perverso que consome um dos seus bens maiores, a educação. (Souza Júnior *et al.*, 2023).

Segundo Libâneo (1994), planejamento de ensino é o processo sistemático pelo qual o/a professor/a organiza, de maneira intencional e fundamentada, todas as ações necessárias para orientar o processo de ensino e aprendizagem. De acordo com este autor o planejamento de ensino é um instrumento de organização do trabalho pedagógico que envolve prever objetivos, selecionar conteúdos, definir métodos, organizar atividades e estabelecer formas de avaliação, garantindo coerência, continuidade e intencionalidade ao processo educativo.

Trazendo o Livro Didático como objeto de estudo, entende-se que ele faz parte de uma cultura escolar e só pode ser compreendido a partir da ação pedagógica. Segundo Britto (2002)

Livro didático poderia ser, em princípio, todo livro que se organize em função do processo pedagógico, de modo a apresentar um conteúdo relativo a uma área de conhecimento escolar. Entretanto, o modelo atual de LD nos obriga a fazer uma interpretação mais restrita deste tipo de livro, diferenciando-o de outras produções pedagógicas, inclusive as que supõem seu uso no espaço da aula: é considerado LD apenas aquele que apresenta conteúdo referencial transmissível e mensurável, de maneira progressiva, organizada em unidades de trabalho regulares relativamente uniformes e que incluem exposição de matéria, atividades de exploração e exercícios. (p. 166).

Entende-se como equivocada a atual crítica sobre o Livro Didático, pois “a solução se encontraria na redefinição do padrão de livro, incluindo a revisão dos conteúdos e do modo de sua apresentação e a seleção acurada dos textos diversificados e representativos.” (Britto, 2002, p. 167). A partir disso o autor traz uma indagação: “por que, [...], o livro didático sobrevive e tem seu uso expandido, contando com enorme investimento estatal?”. (Britto, 2002, p. 168)

Segundo Britto (2002) a Autonomia Docente que é entendida como um fator político-social que:

[...] supõe um conjunto de condições de exercício profissional, incluindo a formação cultural e acadêmica, a articulação didático pedagógica na unidade escolar, a carga horária de docência, a quantidade de alunos em sala e o total de alunos assistidos, as acomodações físicas, o mobiliário escolar, os recursos de apoio, a conectividade, o padrão salarial. (p. 168)

Entende-se que qualquer política de livro didático só terá eficiência se houver uma reorganização no sistema educacional brasileiro, e se houver fortes investimentos na autonomia docente. (Britto, 2002).

A partir do entendimento de cada categoria citada, podemos inferir que além da discussão sobre o livro didático é necessário trazer à tona também as categorias carreira docente, identidade docente e autonomia docente investigando como elas estão inseridas no cotidiano e na prática pedagógica. Essas categorias são fundamentais, pois influenciam diretamente a forma como o/a professor/a seleciona, interpreta e utiliza o livro didático, determinando o grau de criticidade, intencionalidade e liberdade pedagógica presentes no processo de ensino.

Para essa investigação elaboramos o seguinte objetivo geral: Evidenciar como a literatura da área tem discutido o fazer docente e como a adoção de um livro didático para a educação física escolar auxilia no planejamento de ensino. Para consecução desse objetivo nós o desmembramos nos seguintes objetivos específicos: 1) identificar os textos que abordam o assunto em tela; 2) selecionar os textos que serão analisados; 3) organizar os textos para em seguida proceder à análise dos dados coletados.

## **Aspectos Metodológicos**

A presente pesquisa se caracteriza-se como uma Revisão Bibliográfica, pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa (Gonsalves, 2003).

A presente pesquisa tem caráter exploratório qualitativo. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo propiciar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Por sua vez, “A pesquisa de análise qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 34).

A busca no *Google Acadêmico* foi realizada no dia 17 (dezessete) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco) utilizando o termo “livro didático na educação física” sem nenhum recorte histórico. Foram selecionados quatro textos.

Em uma outra busca, feita no dia 10 (dez) de agosto de 2025 (dois mil e vinte e cinco) no *Google Acadêmico*, pesquisei o termo “Autonomia Docente na Educação Física” com a delimitação das aspas, porém não foi encontrado nenhum resultado. Em seguida pesquisei o termo “Autonomia Docente” sem a delimitação temporal e sem aspas. Foram encontrados, aproximadamente seiscentos mil resultados, e para a escolha dos artigos foram lidos os títulos presentes apenas na primeira página e selecionados os que faziam mais sentido com as categorias selecionadas. A partir da primeira seleção, foram lidos os resumos e selecionados os que estavam dentro da temática do presente artigo. Ao final, foram selecionados três artigos para leitura na íntegra. Após a leitura dos três artigos, foi identificado que o artigo com o título “Políticas Conservadoras no

Contexto Escolar e Autonomia Docente” não coadunava com a temática do trabalho e, portanto, foi descartado. Nesta categoria foram selecionados dois artigos.

No dia 19 (dezenove) de agosto de 2025 (dois mil e vinte e cinco) foi realizada outra busca no *Google Acadêmico*, mas agora utilizando o termo “Identidade Docente na Educação Física” sem delimitação de aspas, porém com uma delimitação na temporalidade dos textos de 2019 (dois mil e dezenove) até os dias atuais. A especificação do tempo foi feita à partir do ano em que a Educação Física foi incluída no Plano Nacional do Livro Didático. Foram encontrados, aproximadamente, dezessete mil resultados, porém só foram analisados os títulos e resumos dos artigos da primeira página. Escolhi dois artigos para a leitura completa, pois estavam relacionados com as categorias que estão sendo analisadas no presente TCC. Desta maneira, nesta categoria foram selecionados também dois artigos.

Portanto, para essa investigação, utilizamos um total de oito textos, os quais foram organizados no quadro abaixo.

Quadro 1 - Textos selecionados para a pesquisa.

| PERIÓDICO                                                | ANO  | TÍTULO DO ARTIGO                                                                                                                     | AUTORIA                                                                                                                                                    | CATEGORIA                          |
|----------------------------------------------------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Scripta                                                  | 2002 | Livro Didático e Autonomia Docente                                                                                                   | Luiz Percival Leme Brito.                                                                                                                                  | Livro Didático e Autonomia Docente |
| Currículo sem Fronteiras                                 | 2013 | Currículo e Autonomia Docente: Discutindo a ação do professor e as novas políticas de sistemas apostilados na rede pública de ensino | Maria Inês Marcondes; Caroline da Luz Moraes.                                                                                                              | Autonomia Docente                  |
| Revista da Escola e Educação Física da UFECS - Movimento | 2015 | Educação Física e o Livro Didático: entre o hiato e o despertar                                                                      | Marcílio Barbosa Mendonça de Souza Júnior; Lucas Vieira do Amaral; Marcelo Soares Tavares de Melo; Suraya Cristina Darido; Ricardo Bezerra Torres de Lima. | Livro Didático                     |
| Revista Motricidade                                      | 2018 | Livro didático em educação física: as experiências públicas de João Pessoa e do Paraná                                               | Camila Ursulla Batista Carlos; José Pereira de Melo.                                                                                                       | Livro Didático                     |

|                               |      |                                                                                 |                                                                                                                                    |                    |
|-------------------------------|------|---------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Revista Educação PUC-Campinas | 2019 | O livro didático de educação física: uma leitura da produção acadêmica          | Fernando Garcez de Melo;<br>Evando Carlos Moreira.                                                                                 | Livro Didático     |
| Educación Física y Ciencia    | 2019 | Construção da Identidade Profissional Docente de estagiários em Educação Física | Veruska Pires;<br>Gelcemar Oliveira Farias;<br>Paula Maria Fazendeiro Batista.                                                     | Identidade Docente |
| Revista Movimento             | 2023 | Conhecimento sobre Identidade Profissional Docente na Educação Física           | Orlando Marreiro de Souza Júnior;<br>Paulo Clepard Silva Januario;<br>Maria Luiza de Jesus Miranda;<br>Graciele Massoli Rodrigues. | Identidade Docente |
| Educação em Revista           | 2023 | Os manuais do professor de educação física no plano nacional do livro didático  | Renato Cavalcanti Novaes;<br>Antonio Jorge Gonçalves Soares;<br>Felipe da Silva Triani;<br>Silvio de Cassio Costa Telles.          | Carreira Docente   |

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

## Revisão Bibliográfica Sobre o Tema

Os livros didáticos podem servir para vários serviços na educação, como armazenar informações, complementar o ensino, ser fonte de consulta, facilitar a aprendizagem, promover o estudo independente e propiciar a integração entre prática e teoria (de Souza *et al.*, 2015, p. 480). Porém, a literatura da área entende que o livro didático pode servir para “acomodar” a prática pedagógica e muitos/as professores/as podem utiliza-lo de “muleta” em suas aulas.

A inserção da Educação Física no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) ocorreu pela primeira vez no ano de 2019, por meio do Edital 01/2015. Esse programa atende as escolas de ensino básico da rede pública, com o objetivo de avaliar e disponibilizar material didático e paradidático (Brasil, 2015).

Compreender como o livro didático se relaciona com a Educação Física passa pelo entendimento das suas aproximações com o currículo dessa disciplina escolar inserido em um contexto cultural mais amplo.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. O Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com nova nomenclatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD também teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias. (Brasil, 2017)

Segundo o dicionário *Gestrado a Identidade Docente*, segundo Garcia (2010, p. 1) “Refere-se a um conjunto de características, experiências e posições de sujeito atribuídas por diferentes discursos e agentes sociais aos docentes no exercício de suas funções”. A partir disso, entende-se o tratamento da Identidade Docente como um conjunto de “formas identitárias”, ou seja, um conjunto de bagagens aprendidas e observadas durante o ensino básico e o ensino superior. Foi encontrada, também, a definição de que

A identidade docente é, ao mesmo tempo, um processo de identificação e diferenciação provisório, que resulta de negociações de ordem simbólica que os professores realizam em meio a um conjunto de variáveis como suas biografias, as relações e condições de trabalho, a história e a cultura que caracteriza a docência enquanto atividade profissional, e representações colocadas em circulação por discursos que disputam os modos de ser e agir dos docentes no exercício do ensino e do trabalho docente. (Garcia, 2010, p. 1)

Carreira Docente, segundo o dicionário *Gestrado*, de acordo com Bollmann (2010) vincula-se à formação e às condições de trabalho e consiste no mecanismo de estímulo ao exercício do magistério e à evolução acadêmica científica.

Os Livros Didáticos são livros não somente utilizados, mas também produzidos com a intencionalidade de uso em situação escolar, particularmente para uso em sala de aula, em disciplinas escolares específicas, para etapas, níveis ou modalidades de ensino também específicas. Numa percepção ampla, seria “didático” qualquer livro, ou mesmo impresso, utilizado em situação escolar com finalidade de promover ou mediar a aprendizagem. São guias das formas e ordem das atividades de educação escolar, estabelecendo formas de leitura específicas e difundindo a ideologia de seus produtores. (Silva, 2010). A ausência de formação adequada e de condições de trabalho concorreu

para os professores tornarem-se dependentes dos livros didáticos (Gatti Júnior, 1998, p. 206 *apud* Silva 2010, p. 2).

No dicionário Gestrado não encontramos a definição de “Autonomia Docente”, porém o termo “Autonomia Profissional” se aproxima daquilo que entendemos como autonomia docente. Conforme afirma Lessard (2010, p. 1)

[...] a entrada pela sociologia das profissões, que concebe essa mesma autonomia em termos do controle exercido por um determinado grupo sobre um campo de atividade socialmente legítima e sobre a capacidade dos membros desse grupo de nele definir, regulamentar e dispensar um serviço reconhecido.

No Dicionário Crítico de Educação Física não foi encontrado o termo “Autonomia Docente”, porém encontrei o termo “Autonomia” que refere-se à possibilidade de reger-se segundo as próprias leis. (González; Fensterseifer, 2005). O termo “Identidade Docente” também não foi encontrado, só o termo “Identidade”. Se diz respeito ao processo de representação ao mesmo tempo pessoal e coletivo que permite ao sujeito se definir com relação a um ‘eu’ ou a um ‘nós’ diferenciando-se do outro ou dos outros. (González; Fensterseifer, 2005). Os outros termos citados nesse artigo não foram encontrados.

Então, a diferença do ensino não está no Livro Didático, e sim nas condições que se dá o processo pedagógico. Pois, ocorre a “depreciação da função docente” a partir das condições de trabalho a eles oferecidas.

[...] rebaixamento salarial, condições de trabalho precárias e formação deficiente, obrigando os professores a buscar formas de facilitação e de suporte de sua atividade docente, já que, no mais das vezes, não existem condições objetivas de construção de um processo pedagógico autônomo e criativo, nem ação coletiva do corpo docente. (Britto, 2002, p. 169)

Conclui-se que a política do Livro Didático só será efetiva se houver uma reorganização no sistema educacional, investindo na Autonomia Docente.

Segundo Marcondes e Moraes (2013) os sistemas apostilados de ensino condicionam a seleção e a organização dos conteúdos que constituirão o conhecimento a ser adquirido. Trazendo a indagação do texto “a utilização ampla dos sistemas apostilados nas redes de ensino tem reduzido a autonomia docente?” trago a discussão para a minha atual realidade. Faço parte do Pibid atualmente e em uma das minhas visitas a minha escola campo, me deparo com um cartaz mostrando os novos livros didáticos, de um sistema apostilado, que a escola adotará, e em um deles está o da

Educação Física. Esses sistemas têm sido vinculados à justificativa de melhoria dos resultados dos alunos em testes padronizados.

A contratação de sistemas apostilados para o desenvolvimento do currículo traz em seu bojo algumas crenças que podem ser problematizadas. Enumeramos neste artigo três delas: 1) o professor não é capaz de elaborar o seu próprio material didático-pedagógico e estruturar uma aula; 2) é necessário que a rede tenha um “currículo único, comum” para manter a equidade; 3) o currículo apostilado “aproxima a escola pública da qualidade da escola privada”. (Marcondes e Moraes, 2013, p. 454)

Assim, retira-se a autonomia das escolas e dos docentes frente à organização do trabalho pedagógico, como assegura a Lei de Diretrizes e Bases, a possibilidade de organizarem suas práticas pedagógicas a partir de necessidades locais. O Projeto Político Pedagógico das escolas aliado à noção de educação de qualidade, comprometido aos princípios democráticos da escola pública, só é possível a partir do trabalho autônomo e ao mesmo tempo coletivo dos/as professores/as, que envolva reflexão e discussão entre os sujeitos envolvidos. (Marcondes e Moraes, 2013).

Analisando os oito textos encontrados seguindo a ordem cronológica do Quadro 1, iniciando pelo texto “Livro Didático e Autonomia Docente” de Luiz Percival Leme Britto (2002), que aborda duas categorias analisadas neste trabalho: o Livro Didático e a Autonomia Docente. O artigo analisa a relação entre o uso do Livro Didático e a Autonomia do professor, e discute suas limitações e possibilidades.

O Britto (2002) em seu texto situa o Livro Didático na sociedade urbano-industrial, com formas de produção de saber escolar que muitas vezes respondem a interesses externos ao espaço da escola e do/a professor/a. Sendo assim, o Livro Didático não emerge de maneira repentina, tem relação com editoras, políticas públicas, mercado de trabalho, mercado de consumo, dentre outros.

O autor critica o modelo atual do Livro Didático quanto ao conteúdo, à forma de apresentação e a seleção dos textos. Os livros são pouco diversificados, pouco representativos a realidade dos alunos e repetitivos. Há a percepção de que os Livros Didáticos “impõem” uma sequência ou uma lógica previamente definida, que pode não se ajustar aos contextos de cada região e acaba limitando a prática pedagógica do professor. Britto argumenta que mudar o modelo de livro didático, embora importante, não resolve a questão da autonomia docente. Segundo Britto (2002, p. 163) “o trabalhador moderno deve ter autonomia, iniciativa e capacidade de análise e decisão.”

Nesta perspectiva, o livro didático deve ser entendido como “parte da cultura escolar e só pode ser devidamente compreendido a partir da consideração das condições de ação pedagógica que se constroem no interior desta cultura”. (Britto, 2002, p. 163).

O autor ainda continua sua argumentação dizendo que “a solução se encontraria na redefinição do padrão de livro, incluindo a revisão dos conteúdos e do modo de sua apresentação e a seleção acurada dos textos diversificados e representativos.” (Britto, 2002, p. 167).

O autor conclui que qualquer política de livro didático só terá eficiência se houver uma reorganização no sistema educacional, investindo-se na autonomia docente. E ainda finaliza dizendo que a diferença qualitativa do ensino não estará na qualidade do Livro Didático, mas nas condições em que se dá o processo pedagógico.

Continuando com as análises, partimos para o segundo texto intitulado “Currículo e Autonomia Docente: Discutindo a ação do professor e as novas políticas de sistemas apostilados na rede pública de ensino” de Maria Inês Marcondes e Caroline da Luz Moraes (2013), que segue abordando a categoria Autonomia Docente. O artigo busca investigar como os sistemas apostilados impactam a autonomia docente nas escolas públicas brasileiras. As autoras questionam se essa adoção ampla prejudica a capacidade do/a professor/a de agir, planejar e adaptar o currículo conforme o contexto local dos/as estudantes.

Segundo as autoras, os sistemas apostilados são materiais de caráter prescritivos, elaborado pelas redes, frequentemente preparados por especialistas externos, que delineiam de forma detalhada o que será ensinado, quando, e com que avaliações, isso reduz significativamente as margens de decisão do/a professor/a. Essas redes investem nesses sistemas, sobretudo com o objetivo de melhorar os resultados em testes padronizados, avaliações externas, metas de desempenho, dentre outros. Há uma crença de que um currículo uniforme, com apostilas, assegura equidade entre escolas.

Na prática pedagógica, os/as professores/as relatam que esse material apostilado é limitado para responder às necessidades específicas de seus/suas estudantes e ao contexto da escola. Muitos conteúdos e atividades acabam centrados em tarefas de memorização ou de respostas objetivas, que tendem a facilitar avaliação padronizada,

mas limitam espaços para atividades que exijam pensamento crítico, criatividade e adaptação.

A autonomia docente, entendida como a capacidade do/a professor/a de planejar, escolher conteúdos, métodos e adaptar seu ensino, fica fragilizada. O/A professor/a se torna, cada vez mais, executor de decisões externas, sem poder ou com poder reduzido de ajustar ou contestar os materiais. Segundo as autoras, autonomia docente é entendida não como liberdade total e isolada, mas como a capacidade profissional do/a professor/a de tomar decisões pedagógicas conscientes, baseadas, na realidade da sua escola e de seus/suas estudantes, na sua formação e experiência, e na reflexão crítica sobre o currículo e os materiais que utiliza. Ou seja, um/uma professor/a autônomo não é executor de instruções prontas, mas um intelectual da prática, capaz de adaptar, criticar, criar e contextualizar o ensino.

As autoras ainda argumentam que os sistemas apostilados comprometem a autonomia docente de várias formas com materiais altamente descritivos, limitam a possibilidade de adequar o currículo à realidade local, e valoriza o cumprimento de metas, o que reduz o espaço para experiências pedagógicas mais ricas e contextualizadas.

O artigo critica o modelo que substitui a autonomia docente por controle externo e padronização, a partir de uma lógica tecnocrática e empresarial da educação. Essa lógica promove a ideia de que o professor precisa seguir o material à risca, a qualidade do ensino depende da uniformidade dos métodos e de que a avaliação externa é o principal termômetro da aprendizagem. Essa visão desqualifica o saber do/a professor/a e trata o/a professor/a como alguém que precisa apenas executar ordens e compromete seu papel como agente formador de sujeitos críticos.

As autoras defendem uma formação docente crítica e contínua, que promova reflexão sobre as práticas, como um currículo que valorize a experiência e o julgamento profissional dos/as professores/as, a reconstrução de um espaço pedagógico democrático, em que o/a professor/a possa dialogar com os materiais, não apenas segui-los e o reconhecimento da diversidade das realidades escolares, permitindo que o/a professor/a adapte o currículo às necessidades locais.

Concluindo, as autoras citam que, para haver de fato uma autonomia docente, é necessário fortalecer o profissionalismo do/a professor/a, isto é, formação que não apenas ensine técnicas ou implementação de pacotes prontos, mas que capacite o/a professor/a a pensar criticamente o currículo, adaptar, decidir e interpretar os materiais. A adoção de sistemas apostilados pode estar alinhada a uma lógica de performatividade, professores, escolas sendo avaliados por números, resultados externos, índices, premiadas ou punidas conforme esses resultados. Essa lógica pressiona para que o professor “ensine para prova” em vez de priorizar aprendizagem significativa. Há necessidade de diálogo e conflito entre políticas oficiais e práticas locais; a política não deve desconsiderar as diferenças de contexto escolar (cultura, recursos, realidade social). O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pode ficar em segundo plano devido às exigências impostas pelos materiais apostilados e avaliações externas.

Já o terceiro texto fala sobre a categoria Livro Didático e tem como título “Educação Física e o Livro Didático: entre o hiato e o despertar” de Marcílio Barbosa Mendonça de Souza Júnior, Lucas Vieira do Amaral, Marcelo Soares Tavares de Melo, Suraya Cristina Darido e Ricardo Bezerra Torres de Lima (2015). Esse artigo tem como objetivo identificar, na literatura da Educação Física, os fatores que criaram o distanciamento entre Educação Física e o livro didático e verificar elaborações recentes no campo do livro didático para Educação Física, isto é, obras, discussões e uso que sinalizem um despertar. O artigo é uma pesquisa bibliográfica voltada para artigos de periódicos brasileiros da área de Educação Física e para dissertações e teses, especialmente pelo NUTES. Utilizou os termos “livro didático” e “livros didáticos” como descritores de busca e fez uma análise de conteúdo para tratar os dados coletados.

A investigação da história da Educação Física aponta para alguns fatores que contribuíram para que ela se afastasse dos livros didáticos, como, por exemplo, as influências sociopolíticas (higienista, militarista e esportivista) que esse componente curricular recebeu ao passar dos anos no Brasil. Diferente das outras disciplinas, a Educação Física (chamada, até então, de Ginástica) surge no contexto escolar brasileiro numa perspectiva higienista. Configurava-se numa atividade preocupada com os hábitos de higiene e saúde da população. Nessa ocasião, os profissionais da área médica eram quem, comumente, estavam à frente dessa prática. (Souza Júnior *et al.*, 2015, p. 485)

Para os/as autores/as o legado histórico apresentado é que a Educação Física foi historicamente concebida mais como atividade física prática, “saber fazer”, e menos voltada à teoria. Isso contribuiu para que não houvesse uma tradição de produção ou

adoção de livros didáticos específicos para a disciplina. Normativas legais, concepções de disciplina *versus* atividade, formação docente e currículo também fizeram com que se mantivesse essa distância. O artigo trás, também, sobre os docentes utilizarem do livro didático como único referencial para subsidiar sua prática pedagógica, trazendo o termo “muletas” para descrever o uso desse tipo de livro nas aulas de Educação Física. (Souza Júnior *et al.*, 2015)

Os/As autores/as encontraram que, o número de publicações que tratam especificamente do livro didático em Educação Física era, na época da pesquisa, restrito, o que indicava que não havia muitas produções nem debates sistemáticos sobre isso. Sendo assim, os/as professores/as sentiam essa ausência de um material para referenciar a sua prática pedagógica, que complicava o planejamento e a intervenção pedagógica. Foi encontrado que onde havia livros ou manuais, em muitos casos, eram usados como guias prescritivos, com pouca flexibilidade e reflexão crítica, ou ainda materiais destinados apenas ao/a professor/a, que se comportavam mais como guias instrucionais do que como recursos didáticos interativos.

A partir dos anos 1990 em diante começaram a surgir obras específicas, livros de Educação Física que se propõem a trabalhar conteúdos, não só práticas motoras, mas dimensões conceituais e atitudinais. Como por exemplo, Trabalho Dirigido de Educação Física (1976), Educação Física e Desportos (1996), dentre outros. Houve um crescimento de pesquisas sobre o tema, inclusive dissertações e teses, trazendo discussões sobre o livro didático, seu papel, suas possibilidades e limitações. A noção de que o livro didático pode ser um mediador no processo educacional, não substituindo o/a professor/a, mas apoiando o planejamento, a organização dos conteúdos, e a sequência didática. (Souza Júnior *et al.*, 2015)

Segundo os/as autores/as, não basta ter livro didático, é necessário que sua elaboração, seleção e uso sejam críticos, levando em conta às realidades dos/as professores/as e estudantes, os contextos locais, a coerência entre conteúdo, e função pedagógica.

Conclui-se que o hiato entre Educação Física e livro didático tem raízes históricas profundas, em concepções da disciplina como puramente prática ou atividade física, com ausência de tradição de livro específico e pouca institucionalização desse

recurso na disciplina. Contudo, há sinais de mudança, o “despertar” está ocorrendo por meio da produção de livros, estudos acadêmicos, discussões pedagógicas que reivindicam que a Educação Física tenha o mesmo tratamento que outras disciplinas. O uso dos livros didáticos não resolve tudo, pois precisam ser bem elaborados, contextualizados, não usados como muletas ou substitutos do/a professor/a, mas como instrumento de mediação.

As implicações práticas são que os/as professores/as de Educação Física podem buscar incorporar materiais textuais de qualidade, adaptá-los ao contexto, e refletir criticamente sobre eles, seu conteúdo, linguagem e as atividades propostas. Segundo o texto, editoras e instituições públicas devem investir em produção de livros didáticos de Educação Física coerentes com os objetivos pedagógicos contemporâneos, como as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais. Políticas públicas, como programas de livro didático, podem fomentar esse processo, ampliando o acesso e a qualidade.

Seguindo com a categoria Livro Didático apresentaremos nossa análise sobre o texto “Livro Didático em educação física: as experiências públicas de João Pessoa e do Paraná”, de Camila Ursulla Batista Carlos e José Pereira de Melo (2018). O artigo investiga os livros didáticos de Educação Física utilizados em dois sistemas públicos de ensino no Brasil, no Estado do Paraná e no Município de João Pessoa na Paraíba.

Sendo assim, busca analisar como são as configurações dessas obras e seus conteúdos: que tipo de atividades propõem, quais fontes de conhecimento utilizam, como orientam a prática pedagógica de docentes e estudantes, dentre outros. Segundo a autora e o autor, o Livro Didático, ao invés de acomodar os/as professores/as que utilizam do livro didático, ele auxilia e norteia a prática pedagógica.

Conforme é apresentado no texto, o Estado do Paraná foi pioneiro na produção de livro didático público para Educação Física escolar. Já João Pessoa, implantou uma iniciativa semelhante, com o “Livro Público do Município de João Pessoa”. Esse livro foi resultado de formações continuadas e colaboração entre professores, envolvendo contribuições da Universidade local.

O método utilizado na pesquisa foi de caráter qualitativo, utilizando principalmente análise de conteúdo de Bardin (2011) para analisar os livros didáticos. Na avaliação dos livros, foram analisados os conteúdos, a concepção e sua função

pedagógica. As duas obras analisadas foram construídas com participação de professores/as da rede pública de ensino, muitas vezes em atividades de formação continuada, o que aproxima o material das necessidades reais da prática docente. Os livros não apenas informam conteúdos, mas atuam como guias de ação para professores e alunos, propondo atividades práticas, vivências e pesquisas. Funcionam como mediadores para articular teoria e prática. (Carlos; Melo, 2018).

De acordo com Carlos; Melo (2018) nota-se que alguns aspectos permanecem iniciais, pois nem todas as obras têm a mesma profundidade em termos de teorias ou metodologias mais contemporâneas ou críticas. Também há desafios quanto à aplicabilidade das atividades, como condições de infraestrutura, formação dos professores, cultura institucional da escola, que podem limitar o uso pleno dessas obras.

O livro didático público do Município de João Pessoa se ancora na cultura corporal para embasar as relações educativas da Educação Física na escola. Perspectivando ampliar, instrumentalizar, analisar, sintetizar e criar novos elementos concernentes à cultura corporal, o livro traz em seus capítulos, a opção de organização dos conteúdos, esporte, jogo, dança e ginástica, e é destinado ao Ensino Fundamental. (Carlos; Melo, 2018).

Pensar um livro didático para a Educação Física Escolar é refletir sobre o corpo, a intencionalidade do movimento, a diversidade das práticas corporais, a organização dos seus conteúdos, as múltiplas estratégias de ensino, temas discussões, vivências e instrumentos e momentos de avaliação. (Carlos; Melo, 2018, p. 77).

A partir da análise do texto podemos afirmar que os livros didáticos públicos de Educação Física em João Pessoa e no Paraná representam avanços importantes por integrarem produção de material didático estruturado coletivamente, e com orientações mais articuladas entre teoria e prática. No entanto, para que esses livros realmente transformem a prática educativa, é necessário que os/as professores/as tenham condições adequadas de uso como, uma formação adequada, tempo para aplicar as atividades propostas e recursos tanto materiais quanto físicos, e que os conteúdos continuem sendo revisados para incorporar tendências pedagógicas atuais. Entretanto é necessário refletir que o material, apesar de colaborar com o fazer docente não pode ser limitador do seu fazer pedagógico.

Finalizando a categoria do Livro Didático, temos o artigo “O livro didático de educação física: uma leitura da produção acadêmica” de Fernando Garcez de Melo e

Evando Carlos Moreira (2019). O objetivo do trabalho foi reunir e interpretar a produção acadêmica, teses e dissertações entre 1987-2018, acerca do livro didático de educação física, utilizando as informações do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entendendo como o tema vem sendo tratado, quais as potencialidades e as limitações apontadas pelos/as pesquisadores/as, especialmente diante da inclusão recente da Educação Física no PNLD.

O texto utiliza como procedimentos metodológicos o levantamento de teses e dissertações no Catálogo da CAPES, usando os termos “educação física” + “livro didático”, nas áreas de Educação Física, Educação e Saúde/Biológicas. Destaca-se que os trabalhos mais expressivos se concentraram a partir de 2010. A análise textual discursiva inspirada em Moraes (2003), com etapas de desmontagem dos textos, estabelecimento de relações entre unidades fragmentadas, e captação do emergente.

Foram identificados 23 trabalhos (16 dissertações, 7 teses) pertinentes ao tema no período. A maioria desses trabalhos apareceu a partir de 2010, confirmando um fortalecimento do interesse acadêmico sobre o livro didático em Educação Física. A primeira dissertação sobre esse tema foi de um mestrado datado de 1993 e a primeira tese de doutorado datado de 2009.

O artigo distingue dois grupos principais nos trabalhos analisados, os exploradores do potencial do livro didático, que são os pesquisadores que enxergam no livro didático possibilidades experimentais, numa abordagem prática, humilde e localizada, buscam testar, construir materiais, avaliar uso em sala de aula, adaptar conteúdos e explorar novas metodologias. E os Analistas de conteúdo, que são aqueles que se dedicam mais a examinar criticamente os conteúdos existentes, os valores, as representações e as ausências, fazendo uma abordagem mais teórica, preocupados com justiça, identidade, como os livros didáticos reproduzem e como se alinham com concepções históricas, sociais, e culturais.

Os autores tem um forte otimismo de que os livros didáticos possam contribuir para melhorar a Educação Física Escolar, como organizar conteúdos, trazer reflexões teóricas, articular valores culturais e corporais, dinamizar práticas, apoiar professores/as e estender o aprendizado para além da aula. Porém, também há desafios apontados,

como o risco de que os livros sejam utilizados de forma prescritiva, de que não reflitam realidades locais ou diversidades culturais, que não dialoguem com professores/as, sendo materiais distantes ou não adaptados, e que se imponham concepções de corpo, movimento ou práticas que reforcem estereótipos ou reduzam a dimensão conceitual e qualitativa da Educação Física.

A inclusão da Educação Física no PNLD, em 2017, aparece como um momento importante no texto, o que impulsiona reflexões sobre como selecionar, produzir, distribuir e usar os livros didáticos de Educação Física. A expectativa dos autores é de que o uso desses materiais públicos atinja a prática docente, mas também, que sua implementação seja acompanhada para avaliar seus efeitos, sua garantia da participação de professores/as e na adequação do local.

Na conclusão os autores apontam que a temática do livro didático em Educação Física, embora presente há décadas em algumas teses e dissertações, teve um crescimento significativo, chamado de “despertar”, de interesse acadêmico a partir de 2010. Os trabalhos revelam uma tensão constante entre o que os livros podem vir a ser e o que de fato têm sido. A perspectiva mais promissora, segundo os autores, é a dos “exploradores do potencial”, pois esses mostram práticas experimentais, participação docente, humildade epistemológica e abertura para ajustar ao concreto escolar. Para professores, editoras e as políticas públicas, é importante cultivar essa esperança experimentalista e ao mesmo tempo enfrentar os receios, ou seja, garantir que os livros didáticos sejam bons, relevantes, contextualizados, dialogados com os/as professores/as e criticamente construídos.

Na categoria da Identidade Docente foram analisados dois artigos, o primeiro intitulado “Construção da Identidade Profissional Docente de estagiários em Educação Física” de Veruska Pires, Gelcemar Oliveira Farias e Paula Maria Fazendeiro Batista (2019). O estudo analisa a construção da identidade profissional de estudantes estagiários em Educação Física, considerando as categorias estabelecidas por Dubar (1997), a partir das experiências vivenciadas nos tempos anteriores à formação inicial, na formação inicial e nos estágios curriculares.

Participaram da pesquisa 59 estudantes estagiários de dois cursos de licenciatura em Educação Física de Florianópolis, Santa Catarina. A coleta de dados foi feita em

duas fases, a primeira foi um questionário semiestruturado, com perguntas fechadas e abertas, para todos os estagiários, com o intuito de mapear vivências dos diferentes tempos. Já a segunda fase foi feita a partir de grupos focais de estudantes para aprofundar as percepções. Foi realizada uma análise qualitativa dos relatos, com uso de categorias teóricas como a identidade herdada, a identidade visada, a identidade social virtual, os atos de atribuição, o pertencimento e as crises identitárias. (Pires; Farias; Batista, 2019).

Sobre a identidade herdada os/as autores/as falam que, nos tempos anteriores à formação inicial, os estagiários já internalizam concepções sobre professores/as, como crenças, valores e modelos, e a partir daquilo que veem no ambiente escolar, familiar ou cultural. Essas experiências nem sempre são positivas e às vezes geram contrastes entre o que observam e o que desejam evitar ou transformar. (Pires; Farias; Batista, 2019).

Já sobre a identidade visada e social virtual, os/as autores/as trazem que, na universidade, com a formação inicial, começa a surgir uma “identidade visada”, o que querem ser como professor/a, os ideais profissionais e as influências da formação acadêmica. Porém, essa identidade visada convive com marcas de identidade social virtual, ou seja, uma imagem idealizada, expectativas externas ou normativas sociais de como o/a professor/a “deveria ser”. Algumas concepções da universidade ou expectativas da sociedade moldam essa identidade visada, mas nem sempre são plenamente vivenciadas ou sentidas como reais pelo/a estudante. (Pires; Farias; Batista, 2019).

No texto, os estágios curriculares e a identidade requerida e de pertencimento aparece como momentos cruciais, pois proporcionam vivências mais próximas da docência, promove um reconhecimento do ambiente escolar, e apresenta as atribuições e as responsabilidades que até então eram teóricas ou idealizadas. Esses momentos ajudam a conformar uma identidade requerida, aquela que é atribuída pelo outro e que incorpora, também, atos de pertencimento. Contudo, esses estágios ainda sofrem com lacunas, como os/as estudantes muitas vezes percebem que a escola e a universidade estão desconectadas, que as experiências práticas podem ser superficiais ou limitadas e que o reconhecimento real, por professores da escola e pela comunidade escolar, pode ser parcial. (Pires; Farias; Batista, 2019).

As crises identitárias e a tensão entre identidade individual e coletiva é entendida a partir dos vários momentos em que os/as estagiários/as relatam crises identitárias, tensões entre o que esperavam da docência, o que aprendem, o que vivenciam, e o que acreditam que possam ser ou fazer. Essas crises aparecem quando há um descompasso entre a teoria e a prática, entre as expectativas idealizadas e a realidade escolar. A identidade docente individual vai se configurando ao longo da trajetória individual, mas tem a necessidade de uma identidade docente coletiva, partilhada e reconhecida socialmente, para que a identidade social real se concretize. Sendo assim, não basta que cada indivíduo se defina, é necessário que a profissão, o grupo e o ambiente reconheçam e legitimem essa identidade. (Pires; Farias; Batista, 2019).

O artigo conclui que a construção da identidade profissional docente em estagiários/as é um processo dinâmico, multifacetado, e marcado por diferentes influências, como as influências familiares, culturais, acadêmicas e escolares, e por distintas temporalidades. Segundo os/as autores/as, a formação inicial universitária coincide com um momento de transição, em que as identidades herdadas começam a ser questionadas ou reelaboradas, mas também surge uma tensão entre idealizações profissionais e práticas reais. O estágio curricular revela-se como um espaço central para efetivar parte da identidade requerida e de pertencimento, mas seu potencial depende muito da qualidade desse estágio, como o grau de responsabilidade conferido, o reconhecimento pelo ambiente escolar e a articulação entre teoria e prática.

Entretanto, urge a necessidade de políticas e práticas formativas que possibilitem não só a experiência técnica de dar aulas, mas também espaços reflexivos, de diálogo, de reconstrução de crenças, acompanhamento dos/as estagiários/as, professor/a-supervisor/a atuante, e interação entre a universidade e a escola. Com isso, ajudaria a minimizar as crises identitárias e a favorecer a formação de uma identidade docente que não seja só individual ou idealizada, mas socialmente reconhecida e efetiva. (Pires; Farias; Batista, 2019).

O segundo artigo da categoria Identidade Docente foi “Conhecimento sobre Identidade Profissional Docente na Educação Física” de Orlando Marreiro de Souza Júnior, Paulo Clepard Silva Januario, Maria Luiza de Jesus Miranda e Graciele Massoli Rodrigues (2023). O artigo teve como objetivo, investigar o que a literatura acadêmica produziu, entre 2015-2021, sobre a identidade profissional de professores de Educação

Física, por meio de uma revisão integrativa nas bases de dados, para mapear o que já está sendo estudado, e como se constrói essa identidade ao longo da trajetória profissional.

Segundo os/as autores os critérios de inclusão foram trabalhos completos em periódicos com indexação na Educação Física ou áreas correlatas, que tenham “identidade profissional (do docente de Educação Física)” no título, resumo ou palavras-chave. Foram procurados artigos em português, inglês ou espanhol. A análise dos artigos selecionados foi em função de autor/a, ano, país, participantes, instrumentos metodológicos, objetivos, temporalidade da formação, antes, durante ou depois da graduação, e principais resultados. Foram identificados cerca de 20 artigos, 11 nacionais e 9 internacionais, que tratam especificamente de identidade profissional docente na Educação Física no período examinado. Os estudos analisados usam instrumentos qualitativos com destaque em entrevistas semiestruturadas, narrativas biográficas, observações, diários, grupos focais, e histórias de vida. Também há o uso de questionários e análise documental, mas em menor proporção. (Souza Júnior *et al.*, 2023).

Segundo o texto, os estudos que abordam vivências anteriores à formação inicial aparecem, mas com menor frequência, porém, a formação inicial é o momento mais explorado nos estudos, é onde muitos/as autores/as se encontram e a identidade começa a se firmar mais claramente. A inserção profissional e a formação continuada também aparecem nos artigos, mostrando que a construção de identidade não termina com o diploma, mas se consolida ou se transforma no exercício docente, com experiências práticas, condições de trabalho e formações complementares.

O processo identitário é, segundo os/as autores/as, dinâmico, plural e está em constante transformação. A identidade profissional docente em Educação Física é percebida como algo inacabado, sujeita a transformações ao longo do tempo, várias “identidades possíveis” coexistem, dependendo dos contextos de atuação, das relações sociais, das crenças pessoais, e das condições institucionais. A teoria acadêmica, sozinha, nem sempre resolve, as vivências são centrais nas pesquisas. Formação continuada e ambiente de reconhecimento profissional é fundamental para a consolidação identitária.

O artigo conclui que o conhecimento produzido sobre identidade profissional docente em Educação Física está expandindo, com uma produção crescente, diversificada e com reconhecimento de que a identidade se constrói ao longo do tempo, em múltiplos espaços, e permanece em transformação. Percebe-se a importância de valorizar os estágios, as vivências práticas na universidade e as interações com a escola para que esse processo seja mais consistente. As recomendações que os/as autores/as trazem é de incentivar pesquisas que explorem mais o período anterior à formação inicial, explorar contextos menos estudados, investir em formação continuada que fortaleça o reconhecimento coletivo e pessoal do/a professor/a de Educação Física.

O último artigo, intitulado “Os manuais do professor de educação física no plano nacional do livro didático” de Renato Cavalcanti Novaes, Antônio Jorge Gonçalves Soares, Felipe da Silva Triani e Silvio de Cassio Costa Telles (2023), foi o único texto analisado na categoria Carreira Docente. O artigo investiga a inserção dos manuais do professor de Educação Física no PNLD a partir de 2019, analisando como esse modelo se alinha, ou conflita, com práticas curriculares, demandas editoriais e com políticas públicas recentes, especialmente aquelas de orientação neoliberal na educação brasileira.

Em um primeiro momento, é apresentado o percurso dos livros didáticos de Educação Física no Brasil, desde os guias ginásticos, até os manuais do PNLD, momento em que a Educação Física escolar desperta nova relevância no mercado editorial. Em seguida, realiza-se uma análise da coleção de manuais didáticos que obteve a maior quantidade de exemplares vendidos nos anos de 2019 e de 2020, a coleção Práticas Corporais, da Editora Moderna, revelando como ela pode ser tomada como um dos indícios das reformas neoliberais de currículo em curso. Por fim, é alertado sobre a emergência de um sentido de Educação Física escolar moldado pelo mercado e aponta-se alternativas para os manuais do professor de forma a escapar da lógica mercadológica vigente. (Novaes *et al.*, 2023).

O artigo é uma pesquisa qualitativa de caráter documental, onde foi examinado o manual da coleção “Práticas Corporais”, documentos do PNLD, texto da BNCC, e o histórico de produções de livros e manuais de Educação Física no Brasil. Foram feitas comparações entre o conteúdo dos manuais, seu direcionamento pedagógico e como

propõem o uso dos objetos de conhecimento da BNCC e as condições materiais das escolas para implementar aquilo que está proposto. (Novaes *et al.*, 2023).

Segundo os autores, antes de 2019 a Educação Física no Brasil possuía livros didáticos variados, mas nem sempre como parte de programas públicos de aquisição ou com manuais do professor amplamente distribuídos. Houve muitos guias, manuais de ginástica, dentre outros, mas o modelo de manual do professor voltado ao PNLD representa uma nova etapa. Com a inserção no PNLD, há maior visibilidade editorial para a Educação Física, e um interesse comercial crescente com editoras grandes disputando esse mercado.

O artigo argumenta que os manuais adotados apresentam características compatíveis com lógicas neoliberais, como a padronização, roteirização, eficiência e mediadores pedagógicos, que favorecem o modelo de “fazer mais com menos”. Um exemplo disso é o uso crescente de materiais adaptados ou alternativos quando se propõem conteúdos cujos objetos de conhecimento dificilmente são praticados nas escolas por falta de infraestrutura. (Novaes *et al.*, 2023).

A coleção “Práticas Corporais” é usada para mostrar como os manuais propõem trajetórias de ensino, sequências de atividades, orientações práticas ao/a professor/a, e sugestões de avaliações. Entretanto, também aparece uma tensão entre o que é proposto e a realidade de muitas escolas que não possuem recursos, espaços ou materiais suficientes para cumprir o que o manual pressupõe o que acarreta em adaptações ou ao uso parcial do material. (Novaes *et al.*, 2023).

Os autores usam o termo “Pedagogia da Sucata” para descrever a situação em que, diante da ausência de infraestrutura ou recursos materiais, são sugeridas alternativas improvisadas ou adaptadas, “sucata”, para realizar as práticas propostas pelo manual. Ou seja, isso é tratado como um sintoma da lógica neoliberal, que apresenta tais alternativas como virtudes (sustentabilidade e criatividade), quando na verdade são modos de manter expectativas altas apesar da falta de investimento.

Na conclusão os/as autores afirmam que a inserção dos manuais no PNLD representa um avanço institucional para a Educação Física, com reconhecimento, circulação, padronização, e recursos oficiais. No entanto, há riscos de que essa institucionalização venha acompanhada de restrições, como limitação da autonomia

docente, pouca adaptação ao contexto local, imposição de modelos prontos que nem sempre se encaixam nas condições reais das escolas ou dos/as professores/as, dentre outros.

Os autores sugerem que, para que os manuais sejam realmente instrumentos pedagógicos benéficos, é necessário que haja uma maior participação dos/as professores/as no processo de escolha e adaptação desses manuais, que os manuais ofereçam flexibilidade e possibilidades de modificação conforme a realidade da escola, que políticas públicas assegurem a infraestrutura das escolas, dos materiais permanentes e das condições para uso efetivo, que haja consciência crítica sobre a influência das editoras e do mercado na produção desses materiais e que se questione não só “o que ensinar”, mas também “como” e “em que condições” ensinar.

## **Considerações Finais**

Ao longo desta investigação buscou-se compreender se e como a inserção do livro didático auxilia na prática pedagógica do/a professor/a de Educação Física articulando a sua utilização com as questões da identidade, autonomia e carreira docente. A análise bibliográfica revelou que o livro didático ocupa um espaço ambíguo na cultura escolar, pois ao mesmo tempo em que é defendido como recurso que pode sistematizar conhecimentos, orientar o planejamento e favorecer a organização curricular, também é criticado por sua tendência prescritiva, que pode engessar a prática pedagógica e reduzir a autonomia docente.

Os estudos revisados mostram que o livro didático, historicamente ausente na Educação Física, passou a ganhar maior visibilidade a partir de políticas públicas recentes, como a inclusão da disciplina no PNLD. Esse movimento representa um avanço em termos de reconhecimento da Educação Física enquanto componente curricular legítimo, mas também evidencia riscos da mercantilização do ensino e da padronização excessiva do mesmo. Quando se observa a produção editorial e os manuais de professores, nota-se que muitas vezes são impostos modelos de aula pouco ajustados às condições reais das escolas, exigindo improvisações ou adaptações que acabam recaindo sobre o/a docente. Nesse sentido, a promessa de equidade e qualidade universal pode ser desvirtuada em práticas de controle, que enfraquecem a autonomia docente.

A identidade docente emerge, nesse cenário, como eixo fundamental para compreender como os/as professores/as se relacionam com os livros didáticos. Essa identidade não é fixa, mas se constrói a partir das experiências prévias, da formação inicial, dos estágios supervisionados, da inserção profissional e das condições objetivas de trabalho. Professores/as que assumem o livro didático como único guia de suas práticas tendem a restringir sua prática pedagógica, enquanto aqueles que o utilizam de modo crítico e criativo conseguem ressignificá-lo como ferramenta de apoio. Assim, não é o livro em si que determina a qualidade do ensino, mas a capacidade do/a docente de contextualizar e mediar seus conteúdos em diálogo com a realidade escolar e as necessidades dos/as estudantes.

Outro aspecto que não pode ser desconsiderado é a carreira docente. As políticas de padronização e a adoção de sistemas apostilados revelam uma tendência de desvalorização do trabalho intelectual do/a professor/a, reduzido muitas vezes à função de executor de materiais prontos. Esse cenário se agrava diante das condições precárias de infraestrutura, dos baixos salários e da sobrecarga de trabalho, que tornam o livro didático uma “muleta” necessária em vez de um recurso pedagógico opcional. Desse modo, discutir o papel do livro didático sem considerar as dimensões estruturais da profissão docente é insuficiente, pois a efetividade de qualquer política educacional depende diretamente da valorização e do reconhecimento do trabalho do/a professor/a.

Portando, a análise dos textos indica que, o livro didático na Educação Física só terá relevância se acompanhado de políticas que assegurem a formação inicial e continuada de qualidade, infraestrutura adequada das escolas e condições dignas de trabalho. Mais do que um material a ser seguido, o livro deve ser encarado como suporte, mediador e ponto de partida para reflexões críticas, e não como o fim em si mesmo. Cabe ao/a docente, no exercício de sua autonomia, decidir como e quando utilizá-lo, ajustando-o às especificidades locais e às necessidades de aprendizagem de seus/suas alunos/as.

Conclui-se, enfim, que o debate sobre o livro didático na Educação Física não deve ser reduzido a uma dicotomia entre aceitação ou rejeição. A questão central é como transformá-lo em recurso que fortaleça a prática pedagógica sem comprometer a identidade profissional nem a autonomia docente. Para isso, é imprescindível que professores/as sejam reconhecidos como intelectuais da prática e não apenas como

aplicadores de materiais, de modo que possam exercer um protagonismo crítico frente às políticas educacionais e ao mercado editorial. Somente assim o livro didático poderá cumprir sua função de auxiliar a prática pedagógica, articulando teoria e prática, e contribuindo para uma educação mais democrática, crítica e comprometida com a realidade da escola pública brasileira.

## Referências

- BOLLMANN, Maria da Graça Nobrega. Carreira docente. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/carreira-docente/>. Acesso em: 01 de julho de 2025.
- BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Edital nº23/2022. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 abr. 2022b. Disponível em: [https://sei.capes.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1843177&infra\\_sist](https://sei.capes.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1843177&infra_sist). Acesso em: 17 de junho de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 17 de junho de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. PNLD. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 17 de junho de 2025.
- BRASIL. Portaria nº 83, de 27 de abril de 2022. Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 2022a. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-83-de-27-de-abril-de-2022-395720096>.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. Livro didático e autonomia docente. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 162–170, 2002. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/12457>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- CARLOS, Camila Ursulla Batista; MELO, José Pereira de. “Livro didático em Educação Física: as experiências públicas de João Pessoa e do Paraná.” **Motricidade**, Ribeira de Pena, v. 14, suplemento especial, p. 72-77, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330426910\\_Livro\\_didatico\\_em\\_educacao\\_fisica\\_as\\_experiencias\\_publicas\\_de\\_Joao\\_Pessoa\\_e\\_do\\_Parana](https://www.researchgate.net/publication/330426910_Livro_didatico_em_educacao_fisica_as_experiencias_publicas_de_Joao_Pessoa_e_do_Parana). Acesso em: 31 jul. 2025.
- GARCIA, Maria Manuela. Identidade docente. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/identidade-docente/>. Acesso em: 01 de julho de 2025.
- GATTI, Bernardete. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)**. Volume 47. Setembro, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/issue/view/298/>. Acesso em: 01 de julho de 2025.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1º ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 3ª ed. Campinas-SP: Alínea, 2003, p. 34.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário Crítico de Educação Física**. 3. Edição Revista e ampliada. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

LESSARD, Claude. Autonomia profissional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/autonomia-profissional/>. Acesso em: 01 de julho de 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. Acesso em: 05 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/204082/2/Livro%20Didatica.pdf>

MARCONDES, Maria Inês; MORAES, Caroline da Luz. Currículo e Autonomia Docente: Discutindo a ação do professor e as novas políticas de sistemas apostilados na rede pública de ensino. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 451-463, set./dez. 2013. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20180423023758id\\_/http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/marcondes-moraes.pdf](https://web.archive.org/web/20180423023758id_/http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/marcondes-moraes.pdf). Acesso em: 10 ago. 2025.

MELO, Fernando Garcez de; MOREIRA, Evando Carlos. O livro didático de Educação Física: uma leitura da produção acadêmica. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 445-462, 2019. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1519-39932019000300445&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1519-39932019000300445&script=sci_arttext). Acesso em: 10 ago. 2025.

NOVAES, Renato C.; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; TRIANI, Felipe da Silva; TELLES, Silvio de Castro Costa. Os manuais do professor de Educação Física no Plano Nacional do Livro Didático. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, n. 39, p. e38185, set. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/qsPg38xRcBydJbQ9TF38Vqb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2025.

NÓVOA, Antônio. **Escolas e Professores: proteger, transformar, valorizar**. Salvador, BA, 2022. Disponível em: <https://rosaurasoligo.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/02/antonio-novoa-livro-em-versao-digital-fevereiro-2022.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2025

PIRES, Veruska; OLIVEIRA, Gelcemar Farias; FAZENDEIRO, Paula Maria Batista. Construção da identidade profissional docente de estagiários em educação física. **Educação física ciência**, Ensenada, v. 21, n. 4, p. 104, oct. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2314-25612019000400104&lng=es&nrm=iso](https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-25612019000400104&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 21 de julho de 2025.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Livro didático. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/livro-didatico/>. Acesso em: 01 de julho de 2025.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça; AMARAL, Lucas Vieira do; MELO, Marcelo Soares Tavares de; DARIDO, Suraya Cristina; LIMA, Ricardo Bezerra Torres.

Educação Física e livro didático: entre o hiato e o despertar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 479-493, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/48272>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SOUZA JÚNIOR, Orlando Marreiro de; JANUARIO, Paulo Clepard Silva; MIRANDA, Maria Luiza de Jesus; RODRIGUES, Graciele Massoli. Conhecimento sobre identidade profissional docente na Educação Física. **Movimento**, v. 29, e29028, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/xrvsCDCmTL9WPnW6BCN8H3f/>. Acesso em: 21 de julho de 2025.